



ZUMBI DOS PALMARES: MORTE E VIDA DE UMA OCUPAÇÃO SEM-TETO NA ÁREA PORTUÁRIA DO RIO¹

Pedro Guilherme M. Freire²

Resumo

O presente artigo busca pensar o conceito de cidade a partir da reconstituição dos quadros sociais da memória e de uma etnografia dos modos de habitar em uma Ocupação sem-teto na cidade do Rio de Janeiro. A Ocupação Zumbi dos Palmares era habitada por 133 famílias e por seis anos esteve localizada na área portuária da cidade, também conhecida como “Pequena África”. Esta região vem sendo “alvo”, desde o ano de 2009, de um amplo projeto de “revitalização” e “renovação urbana”. Os moradores da Zumbi foram retirados de suas moradias entre os dias 13 de Janeiro e 03 de Fevereiro de 2011, após cinco anos de conflitos e negociações com diversas instâncias públicas e jurídicas. Com a escolha da cidade do Rio de Janeiro para sediar a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, o projeto de “revitalização da área portuária” ganhou força e dezenas de habitações coletivas situadas às margens do Porto foram removidas da região, sendo expressões de uma nova diáspora urbana que ainda assombra a cidade do Rio.

Palavras-chaves: Cidade; Porto; Revitalização; Diáspora.

ZUMBI DOS PALMARES: DEATH AND LIFE OF A HOMELESS OCCUPATION IN THE RIO PORT AREA

Abstract

This article seeks to think about the concept of city from the reconstitution of social frameworks of memory and an ethnography of the ways of living in a homeless occupation in the city of Rio de Janeiro. The Zumbi dos Palmares Occupation was inhabited by 133 families and for six years was located in the city's port area, also known as “Little Africa”. This region has been “the target” since 2009 of a broad project of “revitalization” and “urban renewal”. The residents of Zumbi were removed from their homes between January 13th and February 3rd, 2011, after five years of conflicts and negotiations with various public and legal bodies. With the choice of the city of Rio de Janeiro to host the 2014 World Cup and the 2016 Olympic Games, the “port area revitalization” project gained momentum and dozens of collective housing located on the shores of the Port were removed from the region, being expressions of a new urban diaspora that still haunts the city of Rio.

Keywords: City; Harbor; Revitalization; Diaspora.

ZUMBI DOS PALMARES: MUERTE Y VIDA DE UNA OCUPACIÓN SIN HOGAR EN LA ZONA DEL PUERTO DE RÍO

Resumen

Este artículo busca reflexionar sobre el concepto de ciudad a partir de la reconstitución de los marcos sociales de la memoria y una etnografía de las formas de vivir en una ocupación sin hogar en la ciudad de Río de Janeiro. La Ocupación Zumbi dos Palmares estuvo habitada por 133 familias y durante seis años estuvo ubicada en la zona portuaria de la ciudad, también conocida como “Pequeña África”. Esta región ha sido “el objetivo”, desde 2009, de un amplio proyecto de “revitalización” y “renovación urbana”. Los habitantes de Zumbi fueron desalojados de sus hogares entre el 13 de enero y el 3 de febrero de 2011, luego de cinco años de conflictos y negociaciones con diversos organismos públicos y legales. Con la elección de la ciudad de Río de Janeiro para albergar la Copa del Mundo de 2014 y los Juegos Olímpicos de 2016, el proyecto de “revitalización de la zona portuaria” cobró impulso y decenas de viviendas colectivas ubicadas en las costas del Puerto fueron retiradas de la región, quedando Expresiones de una nueva diáspora urbana que aún acecha a la ciudad de Río.

¹ Artigo recebido em 15/08/2021. Avaliação em 09/09/2021. Aprovado em 27/11/2021. Publicado em 17/12/2021

² Doutor em Poética pelo PPGCL (UFRJ), Mestre em Antropologia pelo PPGA (UFF) e Professor de Sociologia da Rede Pública Estadual do Rio de Janeiro.

Palabras clave: Ciudad; Puerto; Revitalización; Diáspora.

Zumbi

A casa do tempo perdido

Bati no portão do tempo perdido, ninguém atendeu.

Bati segunda vez e mais outra e mais outra.

Resposta nenhuma.

A casa do tempo perdido está coberta de hera

pela metade; a outra metade são cinzas.

Casa onde não mora ninguém, e eu batendo e chamando pela dor de chamar e não ser escutado.

Simplesmente bater. O eco devolve minha

ânsia de entreabrir esses paços gelados.

A noite e o dia se confundem no esperar,

no bater e bater.

O tempo perdido certamente não existe.

É o casarão vazio e condenado.

Carlos Drummond de Andrade

Continua sendo uma experiência muito forte escrever sobre a Zumbi. Talvez, com a distância maior dos acontecimentos e da pesquisa que resultou na dissertação de mestrado defendida no PPGA/UFF no início de 2011, há dez anos atrás, nossa sensibilidade e olhar para o passado tanham se tornado mais delicados. É inevitável reconhecer que o tempo passou – “não há guarda-chuvas contra o tempo”. Temos hoje mais anos, histórias, fios de cabelo branco e saudades. Algumas pessoas tão importantes em minha relação com o lugar, inclusive, nem estão mais entre nós – foram para sempre, tão novas. São muitas memórias, lembranças que em 2011 ainda eram recentes, mas que daqui a pouco completarão vinte anos. Eu subi o texto e encontrei Elaine, no quarto do apoio, esperando a nossa aula do curso de Alfabetização terminar. Elaine faleceu de infarto após atravessar uma rua durante o ato pela Liberdade de Rafael Braga. Danielzinho, professor do curso de Alfabetização da Ocupação, também faleceu, no caso, de pneumonia. Amanda, na época, estudante do colégio Pedro II, suicidou-se. Muitas pessoas, entretanto, do álbum de retratos da Zumbi, do ano de 2005, ainda permanecem tão próximas e nossas.

A ocupação sem-teto Zumbi dos Palmares localizava-se na Avenida Venezuela, número 53, bem próxima à Praça Mauá, à Praça Jornal do Commercio, ao Morro da Conceição e aos armazéns do cais do Porto. Toda essa região, até o início do século XX, era conhecida como Prainha. A própria ocupação, no caso, ficava sobre a antiga praia, antes encostada nas pedras do Morro da Conceição. Morro, este, tão visitado nos carnavais e desfile dos blocos de rua, com suas ladeiras coloridas, escadas e labirintos, com as casas coladas,

juntinhas. Janelas sobre janelas, nesta paisagem de azulejos e pedrinhas, ruínas e santos. Do alto do morro, daquela direção, vemos o prédio cinza praticamente cercado pelo vasto azul da Baía.

A primeira imagem da ocupação construída por quem estava do lado de fora do prédio, caminhando pelas ruas que a margeavam, destacava, quase sempre, as roupas e toalhas penduradas nas janelas - em cordas ou varais externos – empurrando os vasos de planta. — “Uma favela!”, pensava o pedestre que caminhava pela Avenida Venezuela ou pela Rua Sacadura Cabral. O vidro quebrado das janelas, as paredes sujas e pichadas, a cobertura sendo construída como uma “laje” de uma casa – com os tijolos expostos, desenhados em parte com cimento – apresentavam um cenário confuso, que espantava a visão higiênica, íntima e confortável da habitação burguesa. Na porta de acesso, uma poça de esgoto permanecia no canto da rua, como se deitasse no sofá para ver a novela.

Em uma rua como a Avenida Venezuela, onde estão localizados prédios como os da Polícia e Justiça Federal, quase setecentas pessoas, descendo e subindo pelo número 53, passavam por ela todos os dias. A Praça Mauá, de 2005 a 2011, teve outros vizinhos. Quem habita ou passa pela região percebia isto facilmente, pois por onde passávamos encontrávamos um pouco da Zumbi. Seja no Porto do Rio, onde as crianças corriam atrás de um “trocado” carregando malas e bolsas de quem embarcava dos navios; na antiga Praça Mauá, antes da reforma concluída em 2015, confabulando, tramando, bebendo, vendendo; “ralando” nos mercadinhos, nos açougues, nas barracas; nos sopés do Morro da Conceição, catando latinha, estacionando carros, sentados nas calçadas, sambando; no Morro da Providência, subindo ladeiras, espremendo vielas, visitando parentes; por todos os lados da antiga Prainha nós encontrávamos um pouquinho dela. Hoje não encontramos mais. Poucas coisas ainda recordam a região daquele tempo, do porto de Zumbi, da Mauá dos camelôs cobertos pela Perimetral.

A entrada do prédio ocorria por um portão alto, preto. Ele vivia constantemente aberto à rua. Quanta gente, debaixo de chuva ou de sol, passou por ele! Um entra e sai cotidiano, um corre-corre, e o balanço cansado do portão. Nos seus últimos dias, ele nem lembrava o tempo em que existiam as comissões de portaria para vigiar seus planos; quando um caderno de pauta preto, curioso, marcava o horário de entrada e saída de quem por ele passava. À sua frente, existia um balcão largo onde as pessoas sentavam, conversavam, namoravam, brigavam, conspiravam. Do seu lado direito ficava o antigo local de reuniões, depois transformado no estacionamento dos “burros

sem-rabo” e outros carrinhos com os quais os ambulantes e camelôs da ocupação trabalhavam. A sala era escura, feia, empoeirada, sem janelas para a rua. Além das reuniões, esta sala já foi o local da cozinha coletiva. Do lado oposto da antiga cozinha coletiva, onde aconteceram as primeiras assembleias, foi construído o centro cultural Zé Ketí. Ele foi fundado em 2007 quando do surgimento do “Bloco carnavalesco Zumbi dos Palmares”.

Quando as reuniões eram feitas neste espaço, havia uma mesa longa, larga, rodeada de bancos. Durante as assembleias, quando o clima esquentava, tinha gente que subia na mesa e até se embolava por lá mesmo. Existe uma briga famosa entre duas moradoras solteiras que ocorreu por lá. No terceiro andar morava Nélia³, uma mulher forte, com o rosto tatuado, comerciante de frutas na Praça Tiradentes. Um dia, no meio da reunião, ela pulou por sobre a mesa e se agarrou no cabelo de outra moradora, Carla, uma gaúcha divorciada que vendia jornal em frente ao Centro Cultural Banco do Brasil. O salto foi tão forte que a mesa se inclinou e nunca mais voltou ao lugar. Andando pelo salão de entrada sentia-se logo a umidade que atravessava a ocupação de baixo pra cima. Isso, pois, no primeiro andar do prédio ficava a cisterna, o espaço coletivo onde as pessoas enchiam seus baldes, lavavam suas roupas, estendiam peças, tomavam banho. Era parte da vida da ocupação a multidão de baldes que subia e descia as escadas, percorria os corredores, molhando todo o edifício. Com a água que caía dos baldes, pisada pelas pessoas, formavam-se lamas e poças pretas que contribuíam para a imagem de sujeira que se formou da ocupação. Isso ocorria devido às sucessivas faltas de água que atormentavam os moradores. Nesses dias, a sujeira espalhava-se até a calçada da rua. Entrava pelas casas. E o prédio ficava imundo, mesmo com os rodos e panos agitados sobre a lama. O abandono é imundo. A violação de direitos é imunda. Empurrar pessoas para estas condições, impô-las à lama, é crime. O Estado é criminoso.

No final deste salão, havia um corredor estreito onde estavam localizadas as primeiras casas. Uma corda com roupas estendidas por sobre ela dava as boas-vindas, reforçando a imagem da “favela”. A dona do varal, motivo de tantas polêmicas, residia no quarto bem atrás dele: dona Ednilda. Quase todo dia, após retornar da rua e guardar o seu carrinho com o qual vendia lanches e bebidas, ela colocava sua cadeira ali, em baixo das roupas, conversando, ouvindo música, tomando sua cerveja. Pelo barulho que fazia, diziam, um portão foi feito pelos moradores do lado esquerdo do andar no sentido de “protegê-los” dos seus olhos e bocas. Fugir do barulho que cobria o prédio e se mostrava tão próximo com a presença da vizinha. Uma das moradores mais conhecidas e polêmicas do prédio residia nesta parte,

³ Os nomes dos moradores foram alterados neste texto, sendo fictícios e criados pelo autor.

escondida pelo portão. Lucinete, “a própria”, era famosa pelas brigas em que se inseria. Antes de se mudar para a Zumbi, morava “para lá de Nova Iguaçu”, passando a dividir depois um quarto com seu filho. Ela morou na ocupação desde o primeiro dia, tendo participado dos nove meses de reuniões que prepararam a entrada no prédio, construíram o regimento coletivo⁴, decidiram o nome da moradia, estruturaram a autogestão por comissões de trabalho e assembleias, bases fundamentais para a vida comunitária.

Acima deste andar, erguiam-se outros seis. Todos os corredores da ocupação afirmavam uma vida agitada. Som alto, chão molhado, crianças correndo, pessoas passando com baldes, rodos. Bolas que batiam na porta das casas, cachorros correndo pelos corredores, muros, desvio e invenção em um espaço que segundo o olhar racionalista deveria ser uma mera passagem da casa para a rua ou para outro lugar que com certeza não seria ele. Eles transformaram-se no grande local de encontro dos moradores. Lugar, por excelência, das atividades de lazer na ocupação. Cada andar, apesar da agitação que os caracteriza – seu elemento comum - possuía uma dinâmica própria que variava de acordo com os moradores que neles habitavam. Existia o corredor “barra pesada”, a ala das “fofoqueiras”, dos “viados”, dos “brigões”, dos “crentes”, e assim ia segundo as categorias construídas por eles mesmos.

No segundo andar, por exemplo, morava uma viúva – empregada doméstica em uma “casa de família” em Copacabana - com seus nove filhos. Seu marido foi gerente do tráfico de drogas da Mangueira durante muitos anos. Quando faleceu eletrocutado, enquanto tentava pegar cobre em um bueiro bem ao lado da Ocupação, ele vivia de “bicos” catando latinha, carregando quilos de papelão, vendendo cerveja. Carlos foi aluno da primeira turma de Alfabetização de Jovens e Adultos da ocupação. No terceiro andar, morava uma família de peruanos foragida da polícia de lá. Eram vizinhos do vizinho de minha madrinha de Gaibú, Pernambuco, e que eu trouxe para o Rio após passar pela cidade durante um Encontro Nacional de Estudantes de Letras, em 2006. Ele dividia um quarto coletivo – o antigo quarto do “apoio” - com outros dois moradores, enquanto a Ocupação sem-teto Quilombo das Guerreiras era preparada. No quarto andar, morava um casal de mulheres que se conheceram na própria ocupação e que trabalhavam na Rua do Ouvidor entregando panfletos e segurando placas de venda. No quinto andar, residia uma conhecida prostituta da Praça Tiradentes, internada várias vezes com laudos de esquizofrenia. No andar acima, um baiano, solteiro, ocupava um quarto pequeno com uma bela vista da cidade. Ele trabalhava vendendo isqueiros e giletes de barbear na entrada da estação Central do Brasil. Seu vizinho do sétimo andar

⁴ O regimento está em anexo I.

também morava sozinho e trabalhava como ajudante de camelô em uma barraca na Praia do Flamengo, cujo dono morava na própria ocupação, no quarto andar. No sétimo andar morou um mineiro de Nanuque, com trinta e quatro irmãos, e que veio para o Rio em 1973 para trabalhar como cozinheiro do Hotel Otton, em Copacabana. Foi figurinista em algumas novelas da Globo, como “Chica da Silva”, e chegou a trabalhar como cozinheiro de uma empresa responsável por construir um novo Hotel para Sadam Hussein, no Iraque. Seu Manoel esteve por três vezes em Bagdá, chegando a ser funcionário importante da embaixada brasileira, e após rodar o mundo, passando por Itália, Alemanha e África do Sul, após perder todo o dinheiro que conseguiu e se manter com o que conseguia como ambulante, morou na Central, na Providência e em três andares da Zumbi. Após o fim da ocupação, com o valor da indenização pago pela Prefeitura, comprou uma casa no Bairro Esperança, em Saracuruna.

Essas trajetórias todas, essas dispersões, fazem da cidade, como dizia Sêneca, um espaço cosmopolita por excelência. Um encontro de histórias, de emigrantes, de exilados, como o próprio fora durante o Império de Augusto, em Roma (1998). Como a diversidade entre os moradores era muito grande, os sons e cores emitidos pelos corredores não conseguiam se reduzir a um modelo apenas, misturando em um mesmo andar, muitas vezes, todos estes adjetivos relacionados aos modos de vida. Estas histórias de vida, de ocupação, contarão um pouco destes muitos lugares.

Conflitos e dramas: águas do cais

A história da Ocupação Zumbi dos Palmares, no conjunto de seus desenhos, poderia ser composta como um drama onde o esforço do ser humano - seu medo, sua revolta, seu desprezo, seu silêncio - são temas implacáveis. Nascendo em 2005, com as reuniões que lhe davam corpo e leis, seus moradores passaram anos entre o despejo e a permanência, entre a violência e a luta. Tentaremos contar um pouco desse processo, começando pelas sucessivas tentativas de despejo que ocorreram mobilizando os moradores para ações públicas de protesto e vindicação de direitos, ações diretas, coletivas, como estes panfletos da época escritos por moradores da ocupação e movimentos sociais de apoio mostram:

Ato de Apoio a Ocupação Zumbi dos Palmares

Na última segunda-feira (25/04/2005) ocorreu a Ocupação Zumbi dos Palmares. Tudo transcorreu dentro do previsto, de forma segura, sem acidentes ou incidentes. A ação foi bem sucedida e os ocupantes se encontram agora dentro do prédio com a intenção, a disposição e os meios para permanecer. NESTA QUINTA-

FEIRA (28/04/2005) ÀS 17H. HAVERÁ ATO DE APOIO AO MOVIMENTO EM FRENTE A OCUPAÇÃO SITUADA NA RUA VENEZUELA Nº 53 - CENTRO - RIO DE JANEIRO. A presença de todos é fundamental no sentido de garantir a permanência dos moradores e dar visibilidade e segurança a ocupação. Por isso, além da presença, é importantíssima a ampla divulgação do ato e da própria ocupação em todos os meios ligados ao movimento popular, sindical, social... Neste sentido, solicitamos a solidariedade, apoio político e material, nessa importante luta. Lembramos, ainda, a todos que estamos necessitando de todas as formas de doação: desde alimentos e produtos de limpeza à dinheiro e material de construção e eletricidade.

PARTICIPEM!

Solidariedade à ocupação Zumbi dos Palmares

Quinta feira, 09/06, às 18 horas. Na Rua Venezuela, nº 53 – Praça Mauá

Os moradores da Ocupação Zumbi dos Palmares estão há mais de 40 dias na luta por seus direitos à moradia e dignidade. Em pouco tempo os moradores através de trabalho e organização coletiva ocuparam 3 andares, montaram uma cozinha coletiva, estabeleceram um sistema de hidráulica.

Transformando o prédio abandonado num recomeço de suas vidas.

Contudo devemos citar o expressivo apoio do movimento sindical, dos militantes políticos e do movimento estudantil que estão dando todo apoio necessário logístico para a manutenção do prédio, além da ajuda financeira necessária para os gastos e compra dos equipamentos.

Devemos lembrar que a luta não está vencida. O Estado teima a enviar liminares com pedidos de reintegração de posse do imóvel nos colocando numa situação de nervosismo coletivo, pois não sabemos quando o Estado pode usar de força para nos retirar do prédio.

Os moradores da ocupação Zumbi dos Palmares pedem a ajuda da sociedade para que o Estado não utilize sua força despejando as 180 famílias que residem atualmente na ocupação. É preciso ressaltar o papel fundamental da sociedade nesta luta social, lembrando que hoje temos mais 10 milhões de pessoas morando irregularmente ou totalmente sem teto.

Esperamos a colaboração da sociedade e agradecemos a toda ajuda que nos tem sido dada.

“Se morar é um direito, ocupar é um dever.”

—Ocupar! Resistir! Lutar pra garantir!”

Quinta feira, 09/06, às 18 horas, na Rua Venezuela, nº 53 – Praça Mauá

Ainda que tenham provocado grande tensão – batendo nos corações como um martelo sobre as pedras - estas primeiras tentativas de despejo não tiveram sucesso. Foram interrompidas por mulheres, homens e crianças que tomavam ruas, Câmeras Legislativas, Tribunais de Justiça, como se toda semana Zumbi tivesse que soprar seu grito forte e assim a cidade passava a ser um vasto e fantástico Quilombo, sem casas abandonadas, sem famílias sem-teto escondidas entre marquises. “Ah!”, dizia Neruda, “se com só uma gota de poesia ou de amor pudéssemos aplacar a ira do mundo, mas isso só podem a luta e o coração resoluto” (1979: p. 54).

Embora os moradores tenham mostrado seus rostos armados, sua vontade impossível, uma grande batalha não se vence tão rápido como uma onda. Nem “basta estar certo”, cantaram ao morto, “para vencer a batalha” (GULLAR, 2004: p. 196). O Estado não se vence

com uma só primavera. Assim, os esforços para despejar os ocupantes não ficaram restritos, somente, aos primeiros meses da ocupação. Sucessivas ordens de despejo – uma sobre a outra - foram emitidas na Justiça Federal, sendo “derrubadas” após novas manifestações feitas por moradores e movimentos de solidariedade aos ocupantes, apoiadas pela ação de seus advogados na esfera jurídica. Anexamos, abaixo, materiais escritos ao longo de três anos (2006-2009), e que falam um pouco sobre estes “processos dramáticos” no decorrer desta época:

<p>ATO CONTRA DESPEJO DA OCUPAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES!!!</p> <p>Nessa segunda-feira, às 9h na Câmara Municipal do RJ, terá um ato contra o despejo da ocupação Zumbi dos Palmares, decretado pela juíza Salete Macalóz na quinta-feira dando 30 dias para os moradores abandonarem o prédio do INSS ocupado há mais de 1 ano. É IMPORTANTE A PARTICIPAÇÃO DE TODOS NESSE MOMENTO, quando a justiça e o governo se colocam mais uma vez contra os trabalhadores e a favor dos milionários que vivem da especulação imobiliária. Pra resistir só dependemos da nossa união e da nossa força, da solidariedade de todos que acreditam na luta popular como forma de alcançar direitos e de obter justiça. TODOS SEGUNDA NO ATO CONTRA O DESPEJO DA OCUPAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES !!! OCUPAR, RESISTIR, LUTAR PARA GARANTIR !!!!!!!!!</p> <p>Concentração: 8h na porta da ocupação, na Av.Venezuela 55 praça Mauá centro RJ (Manifestação contra despejo: 22/05/2006)</p>	<p>URGENTE!!! Ocupação Zumbi dos Palmares pede ajuda</p> <p>Mais uma vez os canhões dos estados viram-se contra Palmares. Na manhã desta segunda-feira dia 15/10 a Juíza Salete Macalóz esteve na ocupação com a polícia federal e representantes do INSS para uma vistoria (?) no prédio. Após a visita e as críticas que ela fez ela notificou o coletivo de que o processo já estava praticamente ganho pelo INSS e que "a nossa água já estava acima da barriga". Orientando o coletivo a pressionar o governo municipal para que abra as discussões sobre os conjuntos habitacionais, afim de que após sairmos do prédio nós tenhamos lugar para ficar. Traduzindo foi um aviso de que a ordem de despejo bate a nossa porta e que é hora de voltarmos a ocupar as ruas na luta pela moradia. Hoje as 20:00 faremos uma assembléia para discutir os rumos da manifestação de amanhã e discutirmos meios de resistência. AMANHÃ AS 10:00 DA MANHÃ ESTAREMOS FAZENDO UM ATO NA PORTA DA OCUPAÇÃO ZUMBI DOS PALAMRES E LOGO APÓS SAIREMOS EM PASSEATA. CONTAMOS COM TODOS VOCÊS!!! (Ameaça de despejo e manifestação: 15/10/2007)</p>
<p>"Choque de Ordem" ameaça Ocupação Zumbi dos Palmares</p> <p>Uma equipe da prefeitura esteve hoje (12/02) na Ocupação Zumbi dos Palmares (Av. Venezuela, 53) e entregou aos moradores uma notificação de interdição do prédio. O pretexto é o suposto risco de queda da marquise frontal do prédio, o que colocaria transeuntes em risco. A marquise não apresenta nenhum sinal de dano estrutural e o único incidente observado nos quase quatro anos de ocupação (que começou em 25/04/2005) foi o desprendimento de pequenos pedaços de revestimento (emboço), que não causaram dano a ninguém e a nada. Tudo indica, portanto, que a notificação é apenas um subterfúgio para aplicar o "Choque de Ordem" de Eduardo Paes e Cia. contra a ocupação, onde uma grande parte de moradores (cerca de 130 famílias) são camelôs que trabalham no centro do Rio. Os moradores já começaram a se mobilizar, amanhã participarão de uma entrevista na rádio Bandeirantes (1360 kHz AM, programa Faixa Livre do jornalista Paulo Passarinho) e estão agora à noite realizando uma</p>	

assembléia geral extraordinária. Toda solidariedade é importante neste momento, trata-se não apenas da manutenção da conquista da moradia para as famílias da Zumbi, mas também de enfrentar esta ofensiva da prefeitura que é fascista até no nome: "Choque de Ordem". (Ameaça de despejo: 12/02/2009)

Por uma forte e apaixonada organização dos moradores, como vemos acima, estes conseguiram resistir e permanecer no prédio ocupado, refazendo-se montanha mesmo que as ameaças não cansassem. E elas não cansavam, de fato. Pareciam sempre novas, ainda que fossem velhas como as nuvens. Rápidas como uma criança, mentirosas, voltaram pesadas e implacáveis após o anúncio do projeto Porto Maravilha, este “crocodilo” de moedas e saco de borracha. Pelos próprios mapas do projeto, lançados em 2010, na área onde estava situada a ocupação (área comercial) já não existiam casas, quartos, camas, famílias. Para o Estado e seus sócios, o fim da Ocupação Zumbi dos Palmares e demais habitações coletivas já havia sido definido:

A OCUPAÇÃO DO PORTO SERÁ PRIORIZADA ATRAVÉS DO REFORÇO DAS VOCAÇÕES JÁ EXISTENTES EM CADA REGIÃO



O ano de 2010, desse modo, afirma o início de um fim, de um desmanche que para acontecer necessitou de um importante jogo de alianças políticas. Notícia emitida no Jornal do Brasil, neste mesmo ano, apresentava um impasse entre Ministério das Cidades e a Prefeitura

do Rio no que tange ao destino do prédio ocupado, mas já anunciava o interesse da última no edifício:

Enquanto o Ministério das Cidades promete regularizar e fixar as 560 pessoas no local, a prefeitura, através da Secretaria Municipal de Habitação, pretende remover as famílias para um empreendimento do programa Minha Casa Minha Vida, em terreno pertencente à empresa Unilever, na Rua do Livramento, na Gamboa (JB/2010).

Na proposta inicial da prefeitura, o terreno na Rua do Livramento, atualmente ocupado por centena de pessoas, abrigaria 234 famílias. A remoção seria necessária em razão do “projeto de Revitalização da Zona Portuária” e da intenção do Tribunal de Justiça do Rio de transformar o imóvel em Escola de Magistratura. Em caminho oposto, colocava-se, no início, o Ministério das Cidades, como podemos ver a seguir:

No ano passado, foi feita uma lista de 190 imóveis do país que poderiam virar centros habitacionais. Vinte e sete dessas construções já foram regularizadas e esta da Avenida Venezuela pode ser legalizada até o fim do ano – contra-argumentou o Ministério das Cidades, também em nota. Para regularizar a ocupação será necessário renegociar a dívida do INSS – referente às despesas do edifício – com a União. O valor não foi revelado, mas o Ministério das Cidades diz estar próximo de um acordo. (JB/ 2010)

A pressão feita pela Prefeitura do Rio sobre o Ministério das Cidades foi tão grande que este, em nome da aliança e “boa amizade” entre os governos federal e municipal e a participação de ambos no projeto Porto Maravilha, decidiu renunciar de suas intenções iniciais. A partir daí, por meio de uma linguagem do temor e da ameaça e através da cooptação de alguns ocupantes, membros da Secretaria Municipal de Habitação passaram a entrar dentro do prédio e a definir os caminhos da Ocupação.

As primeiras conversas entre Prefeitura e moradores visando a inserção destes em projetos de realocamento articulados pelo Município e pelo Governo Federal, aconteceram no mês de Março de 2010, em uma reunião de apresentação do projeto Porto Maravilha, realizada na Avenida Venezuela, então Rua da Ocupação. Neste dia, membros da Secretaria de Habitação convidaram alguns moradores ali presentes para uma reunião que aconteceria no Piranhão, sede da Prefeitura. Inicialmente, “negociou-se” a transferência dos moradores para moradias populares integradas ao Programa “Minha Casa, Minha Vida” que seriam construídas na Rua do Livramento, na própria área portuária, em um prédio que pertencia à empresa Unilever como anunciou o Jornal do Brasil. Concluída a “negociação”, os moradores teriam que sair do prédio em um mês, em um verdadeiro “vire-se como puder”, recebendo, até

serem entregues as casas, o valor de R\$ 400,00 referente a inserção destes no Programa de Aluguel Social da Prefeitura do Rio.

Como esta proposta enfrentou a resistência de quase todos os moradores da Ocupação, receosos de que o “auxílio-moradia” não fosse devidamente pago e também descontentes com o valor do cheque, a Secretaria apresentou outra proposta, dividindo os moradores em dois grupos. Quem recusasse a primeira opção, poderia optar pela transferência imediata para as casas que estavam terminando de ser construídas em Cosmos, no bairro de Campo Grande, integrando-se ao *Programa Minha Casa, Minha Vida*, do Governo Federal. Para concretizar esta proposta, a Secretaria disponibilizou, inclusive, um ônibus para apresentar as casas construídas na Zona Oeste.

As duas alternativas, contudo, continuavam a desagradar a maior parte dos ocupantes, que preferiam permanecer no prédio mesmo com o risco – dito por membros da secretaria, caso recusassem todas as propostas - de “saírem de lá sem nada”. Foi neste momento, então, após diversas reuniões entre um pequeno grupo de moradores auto-intitulado como “mulheres que andam com as próprias pernas” e a Secretaria, que esta apresentou a sua última proposta e que acabou, no final, sendo aceita por cerca de 80% dos moradores da Ocupação. Esta constava no pagamento de um cheque indenizatório no valor de vinte mil reais para cada família que ocupasse um quarto.

É preciso dizer que esta alternativa não foi facilmente “engolida” pela maioria das famílias que residiam na Ocupação. A maior parte dos moradores bateu pés, ergueu mãos. Organizaram assembléias, escreveram uma contra-proposta e fizeram uma passeata que seguiu da Ocupação até a sede da Prefeitura, no dia 05 de Setembro de 2010, exigindo o direito de mora no prédio que desde 2005 tornaram seus. A festa de cinco anos da ocupação também se posicionou contra as intenções da Prefeitura, tendo como bandeira a seguinte frase: “Zumbi sim, minha casa e minha vida”. Como se ouvissem a conversa entre José e o retirante, à beira do mangue alagadiço, assumiram os versos de Mestre Carpina, diante da pergunta desistida, diante da vontade abandonada, quando ela se entrega ao oposto da vida:

— Seu José, mestre carpina,
e em que nos faz diferença
que como frieira se alastre,
ou como rio na cheia,
se acabamos naufragados
num braço do mar miséria?
— Severino, retirante,
muita diferença faz
entre lutar com as mãos

e abandoná-las para trás,
porque ao menos esse mar
não pode adiantar-se mais.
(MELO NETO: 1986, p. 232)

Lutar ainda era importante, mesmo que a vida, como conheciam, fosse essa - uma “vida Severina”. Vida de sem-teto, vida que retira. Por mais que o final os perseguisse em todo canto de avenida. Assim, numa carta aprovada pelos moradores e entregue à Prefeitura em Setembro de 2010, a Ocupação Zumbi dos Palmares recusou as três propostas feitas pela Secretaria de Habitação e reafirmou seu interesse e luta por uma moradia na área central da Cidade, onde a maior parte dos moradores trabalha, onde seus filhos estudam, onde com o suor escorrido nos olhos conseguem escapar desta morte seca, de fome, que “é a morte de que se morre de velhice antes dos trinta” (p. 240). Morte da qual fugiram quando correram o caminho dos rios. Quando, emigrando em centenas, fundaram-se nas bocas do porto, numa madrugada de chuva e frio.

Para os que ainda decidiam lutar, quem resistia, havia apenas dois caminhos possíveis: a reforma do prédio que ocupavam, através de financiamento público, ou a transferência para casas que fossem construídas na área central, deslocando-se da Ocupação apenas no dia em que estas fossem realmente entregues. Todavia, ao seu modo de negociar – onde apenas uma parte propõe e decide -, a Prefeitura não aceitou a proposta feita pela Ocupação, fechando as “conversas” com os moradores nas três opções já apresentadas, alterando apenas – já nos últimos dias de ocupação - o endereço das casas de Cosmos para Paciência. Apoiados em uma moradora contratada para avançar as negociações, a Prefeitura começou a trabalhar com o medo e a desilusão dos ocupantes. Assistindo, diariamente, ocupações e cortiços serem jogados “fora da ponte e da vida”; vendo um número grande de moradores chutados de suas casas muitas vezes sem receber nada, ou, no máximo, o valor irrisório de R\$ 400,00 referentes ao “Aluguel Social” e ainda terem seus pertences jogados como esterco em caminhões de lixo; já sem a força dos primeiros anos, quando a união era forte e até muros se moviam, mudavam de cor; o pensamento de que “mais vale uma andorinha na mão do que duas voando” acabou prevalecendo. Com o coletivo enfraquecido, dividido, assustado, e jogando com o descontentamento dos moradores diante das péssimas condições de moradia do prédio – obra do próprio Estado que se recusou a reformar o edifício e a fornecer regularmente água e luz para os moradores durante os cinco anos que permaneceram na Ocupação - a Prefeitura acabou vencendo o conflito.

“Esta união do Estado é forte demais. A gente não tem hoje força, e nosso medo é ser jogado na rua, como eles fazem, sem receber nada”, disse Rafael, resumindo o sentimento e opinião da maior parte dos moradores, rendidos diante do medo e de um dinheiro que, grande parte, nunca viu em mãos.

Outros exílios

Se hoje retomarmos o tema da diáspora, se nos mantivermos na palavra que traduziu em texto “sagrado” a emigração do povo de Israel e tem sido força de compreensão e resistência ao colonialismo, tomando-a em suas devidas proporções, encontraremos multidões de famílias despejadas, desposadas, desalojadas, por uma política de Estado fundada na dispersão forçada, no retiro, no exílio, e a serviço do capital.

Somente no caso de um prédio, a Ocupação Zumbi dos Palmares, a política de “remanejamento” dos ocupantes articulada, sobretudo, pela Secretaria de Habitação do Município do Rio de Janeiro com a participação do INSS e do Governo Federal, promoveu a emigração de quase 700 pessoas pela cidade, especialmente para os bairros da Zona Oeste, favelas da Zona Norte, cortiços da área central e municípios da Baixada Fluminense. Das 133 famílias que residiam na Ocupação, cerca de 15 famílias se mudaram para Paciência, bairro próximo a Santa Cruz. Um número bem maior, de quase 100 famílias, preferiu receber o cheque de vinte mil reais, seguindo por endereços diversos, principalmente por municípios de Caxias e Nova Iguaçu, para as favelas do Borel, Mangueira, Providência, Falete, Barreira do Vasco, e para bairros da Zona Oeste como Campo Grande, Realengo e Padre Miguel. Apenas 20 famílias, aproximadamente, optaram pelo aluguel social e aguardaram – a maior parte em cortiços nas proximidades da Central do Brasil – a construção de casas populares integradas ao Programa “Minha Casa, Minha Vida”. Como estas não tiveram prazo para ser entregues, ainda que a imensa maioria dos moradores preferisse permanecer na área central da cidade, poucos decidiram “arriscar” escolhendo esta opção vista pela maioria dos moradores como a mais insegura.

Um traço comum entre todos estes destinos e dúvidas, entretanto, foi a inserção deles em um novo processo de dispersão de multidões observado no Rio de Janeiro visando e apoiando-se em Mega-Eventos. Se as Ocupações sem-teto e cortiços sofreram com despejos, tendo sido os principais alvos da política de “revitalização” da área central da cidade, diversas favelas que também se localizam em áreas de interesse do capital e que estavam em regiões

visadas pelos organizadores dos mega-eventos que aconteceram na cidade, também enfrentaram deslocamentos forçados e ameaças do poder público. Apenas em 2010 e início de 2011, ano do despejo da Ocupação Zumbi dos Palmares, moradores de “comunidades” como Vila Harmonia, Vila Recreio II, Campinho, Restinga, Vila das Torres, Avenida das Américas, KM 35⁵ foram removidos de suas casas por estas se localizarem em regiões consideradas estratégicas para a realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos de 2014 e 2016.

Em menos de dois anos, um vasto número de ocupações, favelas, cortiços, vilas e casas foram esvaziadas e seus moradores, em grande parte, deslocaram-se para bairros da Zona Oeste e municípios da Baixada Fluminense⁶. A maior parte dos moradores de “comunidades” como Campinho e Vila das Torres⁷, por exemplo, localizadas na Zona Norte da cidade, foram deslocados para conjuntos erguidos em Cosmos e Paciência. Este fato, é importante ressaltar, não é nenhuma novidade se revisarmos as políticas de remanejamento feitas pelo Estado nas últimas décadas. No bairro onde foi realocada parte das famílias que residiam na Ocupação Zumbi dos Palmares, em Paciência, foi construído um Conjunto Habitacional durante a ditadura civil-militar para acolher removidos de favelas da Zona Sul da cidade. Em Santa Cruz, bairro vizinho, diversos conjuntos habitacionais foram erguidos ao longo das décadas de 80 e 90 para abrigar remanejados ou famílias cadastradas em planos de moradia popular.

⁵ No caso das comunidades Vila Harmonia, Restinga e Vila Recreio II, ambas localizadas no bairro do Recreio dos Bandeirantes, os moradores foram removidos em virtude da construção da Transoeste. Juntas, essas comunidades possuíam cerca de quinhentas famílias, removidas, segundo informe da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro encaminhado a ONU, com “truculência” e “irregularidade” (2010: p. 7).

⁶ Segundo artigo de Grandi, “a grande maioria das unidades construídas pelo programa (Minha casa, Minha vida) são localizadas em bairros distantes da área central da cidade, tal como Cosmos e Paciência. Tais áreas não têm qualquer outro tipo de investimento em infra-estrutura pública para acolher essa nova população. Estão também longe da maioria das mínimas oportunidades de emprego, lazer, estudo e saúde. Alguns bairros, especialmente aqueles controlados por milícias, oferecem também o risco de expulsão das famílias recém-chegadas em favorecimento de pessoas ligadas a tais grupos criminosos. Essa política de reassentamento baseada no oferecimento de moradias distantes fere a própria legislação municipal (Lei Orgânica Municipal, art. 429) quando empurra as famílias para locais muito afastados de suas antigas residências, laços sociais e de trabalho” (2011: p. 4).

⁷⁷ A comunidade Vila das Torres, no bairro de Madureira, era formada, até o início das remoções, por aproximadamente novecentas famílias. Destas, apenas trezentas permanecem no local. O motivo da remoção, alegada pela prefeitura, foi a construção de uma nova via rodoviária e uma área de lazer no bairro. Segundo relato da Defensoria pública, a prefeitura “pressionou os moradores e realizou negociações individuais, desmobilizando a comunidade. Nas demolições de casas germinadas, não se preocuparam com a integridade das partes não negociadas. Os restos das demolições são deixados no local” (2010). No caso da comunidade “Campinho”, os moradores foram removidos em razão da construção da Via Light. Novas irregularidades foram cometidas por funcionários da Prefeitura ao “avisarem os moradores que apenas receberiam indenizações os possuidores de registro formal de propriedade ou título de usucapião” e que “os comércios não seriam indenizados” (2010: p. 9).

Quatro fatores observados por nós em uma pesquisa realizada em 2009 nesta região⁸ parecem importantes quando pensamos na criação e expansão dos conjuntos habitacionais na Zona Oeste. Entre estes, destacam-se o antigo desejo do Estado e das classes médias e altas de esvaziar e retirar as populações mais pobres do centro da cidade e de suas adjacências; a falta de moradia entre a população de baixa-renda da cidade, motivando uma procura por casas mesmo em locais considerados distantes; a busca, por parte de candidatos e governantes, de novos campos eleitorais para as disputas políticas institucionais que se intensificavam com o fim da ditadura; e a transferência de algumas instituições do centro da cidade para a Zona Oeste como a Casa da Moeda. No ano de 1978, esta instituição, criada em 1694, transferiu-se para o bairro de Santa Cruz. Segundo seu Aílton, funcionário aposentado da Casa da Moeda e morador do conjunto Alvorada, “a casa da Moeda financiou duzentas casas em cada conjunto. Eram mil e duzentas casas em seis conjuntos habitacionais”. A importância dos “moedeiros” para os conjuntos existirem foi tão grande que ainda hoje quase todos os moradores antigos dizem que eles foram construídos para os funcionários da Casa da Moeda. No entanto, aconteceu algo bem diferente do que se enunciava inicialmente. A maioria dos “beneficiados” do programa não quis morar em um local tão distante, sem infra-estrutura, “passando” as casas. Muitas unidades também foram “invadidas” já que estavam vazias.

Os conjuntos habitacionais passaram a ser habitados, portanto, por um número enorme de famílias que não possuía vínculos com a Casa da Moeda. Famílias, em sua maior parte, interessadas na moradia, preferindo morar em Santa Cruz a pagar aluguel, morar na rua ou em casas de parentes ou conhecidos como agregados. Ao longo da década de 80 a CEHAB construiu oito conjuntos habitacionais apenas na Avenida João XXIII: Miécimo da Silva, Reta do Rio Grande, Liberdade, Alvorada, Novo Mundo, João XXIII, São Fernando e Guandú. Este último ficou conhecido como Guandú Velho, pois no final da década de 90 outros dois conjuntos foram criados, dessa vez pela Prefeitura, carregando o nome do velho rio: Guandú I e Guandú II, ambos planejados para moradores removidos de favelas. O Guandú I, conhecido na Reta por “Vale do Sol”, recebeu moradores removidos de uma antiga ocupação que existia no bairro de Jacarepaguá. A ocupação se chamava Vale do Sol, por isso o nome do conjunto. O Guandú II, mais conhecido como “Ayrton Senna”, também surgiu em 1994, alguns meses depois do Guandú I. Ele foi construído para abrigar moradores removidos das favelas Farias Timbó e Mangaça.

⁸ Ver “As margens da alegria: Uma Avenida chamada João” in <http://pelamoradia.wordpress.com>.

Assim como já havia ocorrido nos conjuntos habitacionais criados ao longo da ditadura civil-militar, o modelo ideal de conjunto logo se esvaiu. Lícia do Prado Valladares, no livro *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*, mostra como os conjuntos habitacionais criados pelo governo ao invés de diminuir o número de favelas, a partir do deslocamento forçado de seus moradores, as ampliou (1978). Por estarem distantes de seus antigos locais de moradia e trabalho, dos laços de sociabilidade e afeto construídos ao longo de anos, grande parte dos removidos não quis permanecer nos conjuntos, “passando” as casas. Muitos alugaram, venderam ou simplesmente abandonaram as residências. No caso das famílias que moravam na Ocupação Zumbi dos Palmares e optaram pelas casas em Paciência ou se deslocaram para Zona Oeste e Baixada Fluminense, muitas, ao se mudarem da ocupação, deixaram aquele aviso e certeza de que a viagem ainda não havia acabado: era apenas mais uma despedida, mais um Adeus com anúncio de uma viagem próxima. É o caso de Valmir, antigo morador da ocupação e que eu encontrei, em Abril de 2021, pelas ruas do centro, saindo de seu quarto em uma ocupação quase em frente ao Arquivo Nacional. Nos últimos anos, após esta diáspora que se prolongou até 2017, novas ocupações na área central surgiram, como as ocupações de sobrados na Rua Visconde de Inhaúma, algumas em território da Marinha, ou as ocupações próximas ao Campo de Santana. Estas ocupações estão atualmente ameaçadas, novamente pelo Prefeito Eduardo Paes, com o lançamento do projeto “Reviver Centro”. Articuladas no movimento “Luta pela moradia”, fundado este ano, tentam resistir aos novos fluxos diaspóricos derivados de uma política urbana higienista e racista.

Conclusão

As trajetórias, narrativas e modos de habitar destacados neste texto são construções e criações da cidade, da vida que se faz dispersa e viva. Sem elas, com certeza, a vida urbana perderia muito de sua surpresa, seu mistério, sua angústia, sua grandeza. Afinal, a cidade, a *pólis* – como dizia Aristóteles - é uma multidão de cidadãos (1997). Remanso de viajantes, barco, esquinas. Ela não se ergue ou se protege com o mesmo, mas com o dessemelhante. Como diz o poeta Ferreira Gullar, que fez da cidade um lugar de sua poesia,

A cidade. Vista do alto
ela é fabril e imaginária, se entrega inteira
como se estivesse pronta.
Vista do alto,

com seus bairros e ruas e avenidas, a cidade
é o refúgio do homem, pertence a todos e a ninguém.
(1991: p. 78).

Neste lugar de muitos lugares, entre milhares de pessoas e suas janelas abertas, atropelando-se nos mercados – “uma cidade/ é um amontoado de gente que não planta/ e que come o que compra/ e pra comprar se vende./ Uma cidade, como a nossa, é/ um labirinto de arranha-céus e transições financeiras, um mercado de brancos/ (de negros, de mulatos,/ de malucos)...” (p. 313) -, como encontrá-la, ela, que é uma só, nesta que é tamanha, imensa, tão vasta?

A cidade é grande
tem quatro milhões de habitantes e tu és uma só.
Em algum lugar estás a esta hora, parada ou andando,
talvez na rua ao lado, talvez na praia
talvez converses num bar distante
ou no terraço desse edifício em frente,
talvez estejas vindo ao meu encontro, sem o saberes,
misturada às pessoas que vejo ao longo da Avenida.
Mas que esperança! Tenho
uma chance em quatro milhões.
Ah, se ao menos fosses mil
disseminada pela cidade.
A noite se ergue comercial
nas constelações da Avenida.
Sem qualquer esperança
continuo
e meu coração vai repetindo teu nome
abafado pelo barulho dos motores
solto ao fumo da gasolina queimada
(GULLAR: p. 177-178)

A cidade engana e confunde. Recebe. Esconde. À beira do cais, empurrados pelo grande centro de mercados e ofícios da cidade, os bairros portuários foram constituindo-se, ao longo da história do Rio, como estes bairros de acolhimento e fuga, territórios urbanos por excelência: abrigo dos que chegam, dos que atravessam, sempre assistidos por mãos que encostam no porto, nas ruas, e que olham... quem vai, quem fica... como quem olha para o mar, como quem observa a chuva.

É justamente esta característica do lugar que parece desesperar urbanistas racionalistas e burgueses. Afinal, a proposta de cidade presente nestes projetos de “renovação urbana”, pensada desde e a partir do capital privado, das empresas e construtoras que atuam no mercado imobiliário, esvazia e arranca a diversidade própria destes bairros, esse potencial de

surpresa do qual fala Sêneca ao se referir à cidade e que estas barras fazem trazer e voltar. Esta riqueza empobrecida, de cortiços e vagas, quartos e cortinas, entupidas de febre e grito.

Apesar de terem como um dos seus argumentos para a “revitalização” da região a representação destes bairros como espaços sem vida, mortos, ermos – o que a vivência no lugar e a etnografia das ruas rejeita -, os espaços “cinzas”, degradados, são obras destes mesmos projetos. Esquematizando o espaço em blocos rígidos; deslocando para periferia ou esquadrihando a população indesejada em espigões quadrados, construídos e controlados pelo Estado; eliminando as diversas habitações coletivas, justamente os lugares da cidade que acolhem os fugitivos e viajantes que por cá atracam, chegam, que possibilitam o ser da cidade; organizando uma mecânica do espaço urbano onde, acredita-se, ser possível controlar e prever todos os seus gestos, suas falas, suas vontades mais íntimas; onde, enfim, nos “civilizamos”; o risco, talvez, é que as próprias cidades deixem de viver, sufocadas por plantas deitadas a uma mesa de vidro. E deste modo desvaneçam, ou, quem sabe, passem a ser, elas mesmas, estes exilados que por largos séculos carrega, viajando, por fim, por algum “mar sem porto” para os lados de lá: “uma terra aonde, enfim,/ Muito a leste não fosse o oeste já!”, como sonhava Álvaro de Campos. (2007).

Nos últimos dias, uma rede social me lembrou de uma carta escrita por mim para um amigo, logo após os acontecimentos que antecederam à final da Copa de 2014, marcados por escândalos e prisões políticas. Terminei este artigo com ela:

“Luiz Antonio Andrade,
Tornamo-nos cada vez mais expostos à vida e à morte. Retornamos pelas mesmas ruas, comemos o mesmo pão, sentimos o mesmo vazio das horas, a consciência do tempo, mas não somos os mesmos. Chegamos a desejar o fim, o nada, pois tentamos, uma vez sozinhos, encontrar o absoluto da vida e do mundo. Tristeza - não somos tão fortes para tanto, para alegrias tão estranhas à história. Agora vemos um ao outro, um no outro. Trocamos as cartas. Prendemo-nos à escrita. Hesitamos diante daquela vontade de que tudo acabe, desfecho que corre dos olhos com medo e mágoas, e então saímos para a cidade, revemos as folhas, abrimos as janelas - lá estão as árvores, homens e mulheres trabalham, ouvimos o barulho das portas se abrindo, a senhora levando a barraca de doces, os carros e os ônibus, o céu cheio de varandas e pássaros, tudo nos chamando para o agora, também eterno e simples”.

Anexo:

REGIMENTO DA OCUPAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES

- 1 Um membro de cada família (maior de idade), deverá estar presente diariamente na ocupação;
- 2 Em caso de falta justificada, um voluntário maior de idade apresentado ao coletivo deverá substituir o ocupante que faltou, durante a sua ausência;
- 3 Em caso de doença deverá ser apresentado ao coletivo um atestado médico;

- 4 Caso a família tenha 5 faltas consecutivas justificadas, a mesma deverá encontrar junto ao coletivo uma forma de reparar as faltas dentro do mês;
- 5 Em caso da família faltar cinco vezes a ocupação sem justificativa, será expulsa do coletivo;
- 6 O coletivo organizará assembléias, reuniões e discussões para planejar com o conjunto dos ocupantes todos os passos da ocupação;
- 7 As famílias deverão se comprometer a trabalhar, contribuir como o coletivo e participar das assembléias para o bom andamento do coletivo;
- 8 Cada família se comprometerá a trabalhar um determinado número de horas (variando de situação para situação) por dia para o coletivo;
- 9 O trabalho na ocupação é coletivo e organizado em comissões de trabalho . Todo morador deverá participar dos trabalhos e das comissões;
- 10 As famílias não podem vender ou alugar as casas, lotes ou apartamentos; aqueles que fizerem isso perderão o direito de permanecer na ocupação;
- 11 A casa é pra moradia e não para estabelecimento comercial, industrial ou igreja;
- 12 É proibido o uso de bebidas alcoólicas e demais drogas na ocupação;
- 13 O ocupante que se apresentar embriagado ou alterado na ocupação, ficará impedido de trabalhar e permanecer na ocupação naquele dia, ficando em débito com as horas; para 3 casos consecutivos o ocupante não poderá permanecer no coletivo;
- 14 As questões afetivas não devem interferir no andamento da ocupação;
- 15 Não será permitida a entrada de pessoas estranhas ao coletivo na ocupação;
- 16 As visitas deverão ser feitas em horário até a solução das tensões relativas à ocupação;
- 17 Não é permitida a relação de qualquer ocupante com parlamentares, governos e representantes de partidos políticos, forças repressoras e/ou patronais dentro da ocupação.

Referências

- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Obra completa*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1979.
- ARISTÓTELES, *Política*. 3ª ed. Brasília: UnB, 1997.
- BRITTO, Ana Lucia. *Novas formas de Produção Imobiliária na Periferia: O caso da Zona Oeste do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UFRJ, IPPUR, 1990.
- FREIRE, Pedro G. M. *Porto dos desterrados: morte e vida de uma ocupação sem-teto na área portuária do Rio*. Dissertação de Mestrado em Antropologia-Universidade Federal Fluminense. ICHF, PPGA. 2011.
- GULLAR, Ferreira. *Toda Poesia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- MELO NETO. João Cabral de. *Poesias Completas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- SÊNECA. “Consolação a minha mãe Hêlvia”. In: *Obras*. São Paulo: Atena, 1961.
- VALLADARES, Lícia. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.